

Superior Tribunal de Justiça

PRECATÓRIO Nº 4.658 - DF (2018/0159842-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : FRANCISCO DE ASSIS DINIZ
REQUERENTE : STARLING FRANCA ADVOGADOS
REQUERENTE : ALMADA SANTOS - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADVOGADO : EDMUNDO STARLING LOUREIRO FRANCA E OUTRO(S) - DF020252
REQUERIDO : UNIÃO
REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de precatório oriundo da ExeMS 23.217/DF, expedido em favor de FRANCISCO DE ASSIS DINIZ, STARLING FRANCA ADVOGADOS e ALMADA SANTOS - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, estes beneficiários de destaque de honorários advocatícios.

Intimada acerca da regularidade formal, a parte requerida manifestou-se favoravelmente ao pagamento (fl. 14).

O Ministério Público Federal, por sua vez, não concordou com a expedição do requisitório em decorrência de haver "controvérsia de natureza jurídica, nos termos do artigo 11 da Instrução Normativa STJ nº 3, de 11/02/2014" e opinou pela suspensão do precatório "até que seja concluída a revisão da Portaria nº 1.230/2002, pela Comissão Interministerial criada pela Portaria 134/2011, ou até que a Justiça se pronuncie em definitivo acerca do próprio fundo de direito, ora objeto da Ação Civil Pública nº 1018101- 92.2017.4.01.3400".

É o relatório. Decido.

A insurgência do MPF é descabida, não se enquadrando na hipótese prevista no art. 11 da Instrução Normativa n. 3/2014-STJ, uma vez que não há controvérsia de natureza jurídica, já que o pedido de suspensão foi expressamente afastado pelo juízo da execução ao apreciar agravo interno.

Ademais, referida decisão salientou que "eventual suspensão do pagamento fica condicionada à demonstração de efetiva instauração de procedimento destinado a anular ou revogar o ato de concessão da anistia" (fls. 380-382 da ExeMS 23.217/DF), o que não restou comprovado nestes autos.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto e considerando a concordância da requerida, **determino o pagamento** desta requisição condicionado à existência de dotação orçamentária, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 12 da Instrução Normativa STJ n. 3/2014).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de setembro de 2019.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

